



DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021



DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 3

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa

Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

- Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliã Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Fenomenologia e cultura: identidades e representações sociais 3

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Maristela Carneiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F339 Fenomenologia e cultura: identidades e representações sociais 3 / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-965-3

DOI 10.22533/at.ed.653211504

1. Fenomenologia. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Carneiro, Maristela (Organizadora). III. Título.

CDD 142.7

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Não conhecemos a realidade senão através de uma vasta cadeia de filtros, aos quais atribuímos diferentes nomenclaturas – imaginário, mundo das ideias, percepções, identidades, representações. De certa forma, essa afirmação é um tipo de clichê recorrente nos estudos da grande área das Humanidades, o que, todavia, não a torna vazia de sentido. As palavras encapsulam compreensões complexas, assim como diversos recursos comunicacionais e formas de arte, que são tentativas humanas de interpretar o que está ao seu redor e responder de uma forma que seja interpretável, o que produz uma imensa coleção de linguagens e arquétipos, todos estes meios, à sua própria forma, representações.

Representações de ideias, de objetos, pessoas, grupos, povos, países, equipes esportivas, cidades, ícones religiosos... É certo que o mundo, os acontecimentos que nele se desenrolam e as pessoas ao nosso redor são entidades só suas, inatingíveis para nós em sua forma mais essencial, e só podemos nos apropriar delas quando criamos palavras (e, portanto, conceitos) que as descrevem ou quando elaboramos enunciados explicativos, sejam eles saudações, discursos políticos, poemas ou selfies. Todos são descrições de algo, imagens de algo, apresentações de algo por alguém, re-apresentações – destarte, representações.

Parece pessimista pensar de tal forma. Que toda tentativa de comunicação é uma “mensagem numa garrafa” enfrentando a violência e a inconstância do mar, sem que aquele que a enviou jamais possa ter certeza de que sua missiva chegará ao destinatário previsto, no momento certo e em perfeitas condições. Palavras, imagens, sons, gestos: todos estes esforços comunicativos são, afinal de contas, tentativas. Há ruídos de interlocução que impedem uma suposta troca perfeita de representações: há mentiras, há ironias, há variações linguísticas.

Todavia, essa margem ampla de significação que é inerente à toda forma de representação guarda sempre uma generosa oportunidade: a de debater e problematizar os conceitos guardados naquilo que é representado. É através dessa dinâmica de desconstrução do que é tido como convencional e estabelecido de maneira pétrea que línguas ou narrativas históricas, por exemplo, podem ser revistas e reelaboradas.

Este e-book reúne uma variedade de textos que tratam de representações, de formas de se ver e se entender a realidade. Algumas dessas representações são arbitrárias e ancoradas apenas em percepções preconceituosas e ignorantes, outras são frutos de longas trajetórias de trocas simbólicas – o que não as torna menos problemáticas ou dignas de questionamentos. Arquitetura, literatura, paisagismo, gestão urbana, percepções de gênero, todos estes campos são capazes de estabelecer discursos, ocasionalmente por gerações, e cabe a pesquisadores de fôlego como os aqui apresentados, seguir interpretando esses fenômenos.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A CULTURA ORDINÁRIA DA CIDADE DE CLEVELÂNDIA COMO EXPRESSÃO DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE UMA BENZEDEIRA

Maralice Maschio

DOI 10.22533/at.ed.6532115041

CAPÍTULO 2..... 11

A IMAGEM DO ENSINO: COMO É VISTA UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL PELOS GESTORES LOCAIS

Valéria dos Santos Nascimento

Vanessa Brasil Campos Rodríguez

DOI 10.22533/at.ed.6532115042

CAPÍTULO 3..... 21

BIODIVERSIDADE E IDENTIDADE LOCAL: O POTENCIAL DAS PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS PARA A VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA URBANA DE CURITIBA

André de Souza Lucca

Layssa Kmiecik

DOI 10.22533/at.ed.6532115043

CAPÍTULO 4..... 34

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS MINISTRADAS EM INGLÊS DA PUCRS

Kelvin Milost Arend

DOI 10.22533/at.ed.6532115044

CAPÍTULO 5..... 48

DIÁLOGOS TEÓRICOS COM CHARLES TAYLOR, AXEL HONNET E NANCY FRASER SOBRE RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO DAS MULHERES

Salete da Silva Hoch

Rosângela Angelin

DOI 10.22533/at.ed.6532115045

CAPÍTULO 6..... 60

ESTIGMA E DISCRIMINAÇÃO DE MULHERES QUE VIVEM COM VIH NA CIDADE DE MAPUTO, MOÇAMBIQUE

Oswaldo Matavel

Marta Maia

Mohsin Sidat

Maria Martins

Sónia Dias

DOI 10.22533/at.ed.6532115046

CAPÍTULO 7	75
FERNANDO CHACEL E A PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM CONSTRUÍDA: A PRAÇA DA VILA OPERADORA DE FURNAS PLANURA/MG	
Maria Eliza Alves Guerra	
Guilherme Silva Graciano	
DOI 10.22533/at.ed.6532115047	
CAPÍTULO 8	93
GESTÃO DE CIDADES COM BASE NAS REFERÊNCIAS CULTURAIS	
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa	
Adriana Silva	
Helena de Oliveira Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.6532115048	
CAPÍTULO 9	105
NA BORDA DO QUADRADO AZUL: A DIFUSÃO DA ARQUITETURA BRASILEIRA NO PERIÓDICO <i>LE CARRÉ BLEU</i>	
Marianna Gomes Pimentel Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.6532115049	
CAPÍTULO 10	118
O HOMEM E OS LIVROS: OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LITERATURA DE HOWARD FAST	
Rafael Belló Klein	
DOI 10.22533/at.ed.65321150410	
CAPÍTULO 11	131
OS DESAFIOS DA REPATRIAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS: UMA DISPUTA NO CAMPO DA POLÍTICA INTERNACIONAL	
André Portela do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.65321150411	
CAPÍTULO 12	143
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS CONSTRUÍDAS POR RAPAZES GAYS SOBRE “MODOS DE VESTIR GAY”	
Adair Marques Filho	
Ana Lúcia Galinkin	
DOI 10.22533/at.ed.65321150412	
CAPÍTULO 13	161
SARAUS E SERESTAS EM GOIÁS: PROCESSOS IDENTITÁRIOS E INTERAÇÕES COM A MODINHA	
Ludmylla Cristina Guilardi	
Magda de Miranda Clímaco	
DOI 10.22533/at.ed.65321150413	

CAPÍTULO 14.....	174
A VERDADE E A PÓS-VERDADE SOB A PERSPECTIVA DO PENSAMENTO DE WITTGENSTEIN	
Alexandre Ribeiro Martins	
Geraldo Magela Pieroni	
DOI 10.22533/at.ed.65321150414	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	188
ÍNDICE REMISSIVO.....	189

DÍALOGOS TEÓRICOS COM CHARLES TAYLOR, AXEL HONNET E NANCY FRASER SOBRE RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO DAS MULHERES

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 01.03.2021

Salete da Silva Hoch

Mestre em Direito. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo/RS. Egressa do Programa de Pós-Graduação stricto sensu – Mestrado e Doutorado em Direito. Santo Ângelo/RS.
<http://lattes.cnpq.br/3063614887426916>

Rosângela Angelin

Doutora em Direito. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo/RS. Programa de Pós-Graduação stricto sensu – Mestrado e Doutorado em Direito. Santo Ângelo/RS.
<http://lattes.cnpq.br/9033434255071231>

RESUMO: O reconhecimento identitário das mulheres na sociedade perpassou por diversas formas de constituição no decorrer da humanidade, embasado pela cultura patriarcal que tem lhe concedido um reconhecimento equivocado e de subcidadania. Para refletir sobre esse tema, a partir de uma abordagem hipotético dedutiva, a pesquisa busca analisar quais são as contribuições das teorias de Charles Taylor, Axel Honnet e Nancy Fraser para o reconhecimento das mulheres na sociedade. O estudo denota que as teorias acima citadas contribuem no sentido de ponderar sobre a importância da existência de um reconhecimento que não seja equivocado

e que, ao mesmo tempo, contemple aspectos identitários e econômicos que considerem os direitos humanos dentro de sua diversidade, possibilitando, dessa forma, as mulheres possam participar de forma ativa e cidadã na sociedade.

PALAVRAS - CHAVE: Teorias do Reconhecimento. Mulheres. Identidade. Charles Taylor. Axel Honnet. Nancy Fraser.

THEORETICAL DIALOGUES WITH CHARLES TAYLOR, AXEL HONNET AND NANCY FRASER ON THE IDENTITY RECOGNITION OF WOMEN

ABSTRACT: The recognition of the identity of women in society has passed through various forms of constitution outside of humanity, based on the patriarchal culture that has given rise to an erroneous and sub-public recognition. In order to reflect on this topic, from a hypothetical deductive approach, the investigation seeks to analyze the contributions of Charles Taylor, Axel Honnet and Nancy Fraser to the recognition of women in society. The study shows that the aforementioned theories contributed to consider the importance of the existence of a recognition that is not equivocal and that, at the same time, contemplates identifying and economic aspects that consider human rights within their diversity, enabling their participation. women. active and citizenship in society.

KEYWORDS: Theory of recognition. Women. Identity. Charles Taylor. Axel Honnet. Nancy Fraser.

1 | INTRODUÇÃO

As identidades refletem na forma como a sociedade reconhece cada indivíduo, como vê cada pessoa; assim no caso das mulheres, elas foram sendo aprisionadas, segregadas do convívio social, relegadas ao espaço privado, gerando um reconhecimento equivocado ou, até mesmo, a falta dele. As identidades femininas que foram sendo construídas com bases no patriarcado – que desconsidera as mulheres em detrimento aos homens-, lhes relegou, na maioria dos casos, espaços de subcidadania na sociedade e de opressão.

Esse cenário denota o quanto é importante que identidades sejam reconhecidas no espaço social, respeitando-se as diferenças. Assim sendo, o estudo em questão busca refletir sobre o tema, utilizando-se de um estudo hipotético dedutivo e de aportes teóricos de Charles Taylor, Axel Honnet e Nancy Fraser, objetivando realizar um esboço dos conflitos sociais na luta pelo reconhecimento, nesse caso, das mulheres.

2 | O RECONHECIMENTO EQUIVOCADO DAS MULHERES: UMA LEITURA A PARTIR DE CHARLES TAYLOR

Sob a perspectiva de Charles Taylor, a política de reconhecimento tem sua base no multiculturalismo; desse modo, o pensamento tayloriano traz à baila as discussões da política de reconhecimento, por meio do multiculturalismo existente no Estado Democrático de Direito, no qual se visa o reconhecimento das mais diversas formas e modos de vida. Denota-se que, para Taylor, por causa dessa individualidade existente na sociedade moderna, “o mundo perdeu seu contorno espiritual, nada vale a pena ser feito, o medo é um vazio aterrorizante, uma espécie de vertigem, ou mesmo uma fratura do nosso mundo e de nosso corpo-espaço” (TAYLOR, 2013, p. 34). O autor pondera que os indivíduos desenvolveram e se tornaram individualistas em suas relações sociais, existindo assim um princípio de autorreferência do indivíduo, o qual, ao ser deslocado das fontes tradicionais, perde a noção de pertencimento a algum lugar e também a perda da noção do bem coletivo. E por isso, na sociedade moderna, as pessoas perdem sua expressividade, pois perdem sua noção de pertencimento a uma cultura, o ocorre diferentemente da sociedade grega, na qual os indivíduos pertenciam a uma cultura que era “sustentada, nutrida, e transmitida no interior de uma comunidade” (TAYLOR, 2005, p. 13).

Taylor afirma que a “identidade é moldada em parte pelo reconhecimento ou por sua ausência” (TAYLOR, 2000, p. 241), dividindo o indivíduo na esfera privada, onde ocorre o reconhecimento do próprio indivíduo e onde esse se coloca frente ao reconhecimento alheio, e na esfera pública, onde pode ocorrer o reconhecimento errôneo e/ou incorreto do indivíduo por parte da sociedade. Nesse sentido, o autor apresenta a teoria do reconhecimento equivocado de identidades ou, então, do reconhecimento incorreto dessas. Para ele, o reconhecimento errôneo ou a falta dele causa grandes prejuízos, ou torna-se uma maneira de opressão e a aprisionamento, como é o caso das mulheres, em

relação às quais, por meio de um encadeamento de fatores, ocorreu a naturalização da dominação masculina, levando a uma supressão de suas identidades, sendo condenadas a serem depreciadas por serem mulheres, afetando sua autoestima e tornando a luta por emancipação ainda mais dolorosa e árdua (TAYLOR, 1994).

Verifica-se que a teoria do reconhecimento se aplica às mulheres, pois elas têm interiorizada essa situação, ou seja, tem-se forjado em suas identidades uma imagem de inferioridade, muitas vezes, autodepreciativa, limitando-as, por muitas vezes, a papéis que lhes são impostos pela sociedade e, ao mesmo tempo, sendo reconhecidas pela sociedade a partir disso. Nesse sentido, Taylor rememora essa postura comum nas sociedades patriarcais onde as mulheres acabam sendo induzidas a assumir posturas de autodepreciação e inferioridade. Por conseguinte, no caso das mulheres, o “reconhecimento incorreto não implica só uma falta do respeito devido. Pode também marcar suas vítimas de forma cruel, subjugando-as através de um sentimento incapacitante de ódio contra elas mesmas (TAYLOR, 1994, p. 45).

No tocante à teoria tayloriana, pode-se compreendê-la sob dois enfoques. No primeiro, a diversidade cultural deve ser aceita, compreendida e respeitada com os seus valores em si mesmos, enriquecendo e trazendo diversidade para a vivência humana, pois a humanidade teria acesso e desfrutaria de todo um universo simbólico de culturas. O outro enfoque trazido pela teoria tayloriana é a análise da vulnerabilidade do que se chama de minorias culturais no contexto da sociedade contemporânea.¹ Consoante Taylor, é necessária a não discriminação para que se estabeleça sobre o prisma do liberalismo político uma forma dos direitos individuais iguais entre todos. Desse modo, ele enfatiza que os juízos de valores devem ser questionados, pois as consequências são de intensidade repressora. Para Taylor (1994), o modelo de uma sociedade liberal, a qual busca organizar-se para conquistar o que pode ser definido como uma vida boa, é necessário que seja trazido à baila como uma discussão de políticas públicas, pois possui na sua essência a busca pelo bem comum.²

Desse modo, pelo exposto, nota-se que a teoria de Charles Taylor é focada sobre o equívoco do reconhecimento idenitário, ou seja, no caso das mulheres, as identidades femininas não sofrem pela falta de reconhecimento, mas sim pelo equívoco que lhes é atribuído às suas identidades. Susan Wolf, ao explorar a teoria de Taylor, observa-se que o problema do reconhecimento das mulheres está no que se fez com a identidade feminina, ou seja, a mulher enquanto mulher possui como problema o fato de que a identidade feminina

1 Assim, “tais fragilidades estão associadas às regras da própria democracia, a superioridade da vontade da maioria, deixando os grupos minoritários em situação de risco e desvantagem em relação aos grupos majoritários” (SOUSA, 2019, p. 158).

2 Observa-se que a teoria de Taylor discute o reconhecimento em face do multiculturalismo, efetuando uma reflexão sobre o modo incorreto que ocorre o reconhecimento, segundo o entendimento de que as consequências desse modo errôneo ou equivocado de reconhecimento podem conduzir a uma vivência de opressão, na qual os grupos minoritários são suprimidos pelos grupos majoritários. Assim, “o tema do reconhecimento, ou seja, as condições sociais necessárias para a atribuição de respeito e autoestima, passam a ser o mote para a percepção dos conflitos no mundo atual” (SOUSA, 2019, p. 159).

é tida a serviço da exploração e da opressão. Assim, ocorre o erro ao reconhecer que a identidade das mulheres são associadas a atividades tradicionalmente desenvolvidas por mulheres e a papéis que lhes são conferidos por seu sexo (WOLF, 1994).

Susan Wolf ainda enfatiza em seu ensaio que o respeito e o reconhecimento das mais diversas culturas perpassam pelo âmbito educacional, desde as literaturas que estão à disposição das crianças às teorias abordadas no âmbito acadêmico, pois o mundo literário passou a ter disponível o conhecimento de várias culturas e não apenas daquela que se impôs pelo mundo, ou seja, passa-se a ter o reconhecimento das mais variadas culturas e não apenas daquela que se disseminou pelo mundo. Portanto, ao se reconhecer que as pessoas vivem em uma sociedade multicultural, “acabamos por nos reconhecer como uma comunidade multicultural e assim reconhecer e respeitar os membros dessa comunidade em toda a sua diversidade” (WOLF, 1994, p. 102). Por isso a importância em se estar em contato com diversas culturas e identidades, a fim de se poder refletir diante das diferenças e construir outras formas de reconhecimento, como no caso das mulheres, destacando-se a importância de se debater e conversar sobre gênero e discriminação nos espaços escolares.

Nota-se que a teoria de Taylor possui preocupações com o reconhecimento do indivíduo frente às emancipações sociais, pois a perda de referências, na vida moderna, acabou gerando a busca de reconhecimento, como ocorre com as mulheres.

3 | RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO: OLHARES DISTINTOS DE HONNET E FRASER SOBRE AS MULHERES

Enquanto Taylor aborda a necessidade de se corrigir o reconhecimento equivocado das identidades, Axel Honneth “parte da proposição que o conflito é intrínseco tanto à formação da intersubjetividade como dos próprios sujeitos” (NETO, 2011, p. 142). O filósofo e sociólogo alemão, Axel Honneth, defende que se origina a falta pelo reconhecimento, na violação de direitos. Se faz importante destacar que a teoria desse autor aborda a identidade individual, apontando para a necessidade da reciprocidade do reconhecimento, ou seja, é preciso do reconhecimento do outro para garantir sua integridade humana (ANGELIN; HAHN, 2019, p. 111).

Honneth desenvolve e esquematiza uma teoria do reconhecimento, que são voltadas para a busca da compreensão do processo que desencadeia as lutas para a constituição das identidades dos indivíduos, afirmando que “são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades” (HONNETH, 2003, p. 156). Assim sendo, o autor vai afirmar que existem três dimensões que irão auxiliar na evolução moral dos indivíduos, sejam elas, a esfera emotiva, já anunciada: o amor; a esfera do direito, ou seja, as leis; e a

esfera da solidariedade que envolve a luta por dignidade num âmbito mais coletivo.

Desse modo, ao abordar as primícias que sistematizam a teoria crítica do reconhecimento de Honneth, verifica-se a importância das ligações emotivas fortes. Para ele, a confiança do sujeito em si e no mundo se origina nessa relação amorosa, na qual dependência e autonomia caminham paralelamente. Assim, a dimensão do amor, é visto por Honneth de maneira bastante genérica, “ou seja, como ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, sendo aquele que gera autoconfiança, amizade. O amor representa a primeira etapa do reconhecimento recíproco, reconhecendo-se como seres carentes” (ANGELIN; HAHN, 2019, p.113).

Pelas relações de direito, os sujeitos respeitam-se e reconhecem que são seres humanos, que necessitam ser tratados com igualdade, e desse modo, os princípios morais universalistas norteiam as relações jurídicas, e estas acabam por gerar o auto respeito. Para Honneth, a igualdade é algo construído historicamente. Neto afirma que “o autor demonstra as lutas por reconhecimento travadas para a construção dos direitos civis, políticos e sociais, todos voltados para a configuração de cidadãos com igual valor (NETO, 2011, p. 143). Já, na última dimensão proposta pela sistematização da teoria de Honneth - as relações de solidariedade-, os indivíduos são vistos como seres valiosos para a coletividade, de sorte que o reconhecimento proporcionaria um respeito universal concretizado

Para Honneth, nas sociedades modernas, o sujeito encontra a valorização pessoal no interior da comunidade, lugar no qual estão mais presentes os valores que o norteiam e desses valores surgem os conflitos, que reconfiguram os valores da comunidade, desse modo, “as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida (HONNETH, 2003, p. 207).

Desse modo, com essas dimensões da teoria de Honneth, segundo a qual o reconhecimento intersubjetivo abarca o amor, o direito e a solidariedade, é possível constatar que “os padrões expostos contribuem para evolução moral dos indivíduos e, por conseguinte, também são de extrema importância para os movimentos feministas e as lutas travadas, uma vez que também fatores intersubjetivos permeiam a vida das mulheres [...] (ANGELIN, 2018, p. 32-33).

Constata-se que para Honneth, juntamente com as questões expostas acima, associam-se também três maneiras de desrespeito, as quais afetam a autoconfiança do sujeito, relacionadas à integridade corporal do mesmo, afetando o sentimento de igualdade, retirando do sujeito a possibilidade do autorrespeito, quando da negação de direitos que lhes são conferidos, e por último, as que atingem a autoestima do sujeito, ao ser uma referência de valores negativos para um grupo (NETO, 2011, p. 144). Nesse sentido, vale trazer à baila a situação das mulheres na sociedade.

Observa-se que essas variáveis de desrespeito ao indivíduo fazem com que o mesmo tenha impedida a realização na totalidade; porém, Honneth (2003) também ressalta que em meio a esse rebaixamento que afeta diretamente a constituição da identidade do sujeito, surge a luta por reconhecimento, ou seja, em contra ponto à degradação da realização da integridade do sujeito, advêm as lutas sociais; desse modo, o desrespeito torna-se uma máquina propulsora para as lutas sociais. Desse modo, os conflitos intersubjetivos por reconhecimento, alicerçados na vivência diária do sujeito com o desrespeito, funcionam como a base para o crescimento moral, tanto do indivíduo quanto da sociedade. Portanto, a noção formal de uma vida boa, para Honneth, fundamenta-se que deva “conter todos os pressupostos intersubjetivos que hoje precisam estar preenchidos para que os sujeitos se possam saber protegidos nas condições de sua auto-realização (HONNETH, 2003, p. 270).

Constata-se que a teoria de Honneth possui como objeto central o sujeito e sua autodefinição, a qual se torna possível a partir do reconhecimento recíproco, e assim, para o autor, a busca por uma vida boa se dá por um processo individualizado por meio do reconhecimento intersubjetivo. Muito embora essa teoria traga muitas contribuições para a reflexão e elementos acerca do reconhecimento, a reciprocidade exige que “o outro”, nesse caso, as outras pessoas e o Estado, reconheçam os indivíduos, o que torna a questão mais complexa, frente a um possível não reconhecimento desses (ANGELIN, 2018).

Outra teoria a ser abordada de forma paralela é da filósofa estadunidense Nancy Fraser, a qual possui seus estudos voltados para a justiça e a participação democrática das mulheres na sociedade e que dialoga constantemente com a teoria de Honneth. Após a apresentação dos estudos por reconhecimento, desenvolvidos por Taylor e Honneth, os quais desencadearam um importante debate acerca do reconhecimento, trazendo à baila as questões do reconhecimento social numa sociedade multicultural e o reconhecimento intersubjetivo, percebe-se que ambos os autores foram displicentes ao não tratar das questões de injustiças econômicas, ou melhor, eles não consideram as injustiças econômicas como fatores determinantes do reconhecimento equivocado ou da busca dele.

Desse modo, visando construir um paradigma novo de reconhecimento, Fraser refere à questão da redistribuição de renda como fator central, pois para que a justiça de fato ocorra, é necessário tanto a redistribuição quanto o reconhecimento. Nesse sentido, “chama a atenção para o campo da economia na construção de conflitos emancipatórios, defendendo a centralidade da esfera da produção na construção de uma sociedade mais justa” (MENDONÇA, 2007, p. 173). Diferentemente de Taylor, que não abordou o tema da redistribuição, Honneth aponta que a redistribuição estaria inclusa no reconhecimento, e para Fraser, o reconhecimento e a redistribuição apresentam fundamentos em separados, “ainda que surjam quase sempre imbricadas. A redistribuição buscaria o fim do fator de diferenciação grupal, enquanto o reconhecimento estaria calcado naquilo que é particular a um grupo” (MENDONÇA, 2007, p. 173).

Para Fraser, não é apenas um erro teórico, mas também político, querer que o

reconhecimento ocorra apenas por meio de uma identidade autêntica, como apregoam Taylor e Honneth, pois para Fraser, o modelo disseminado por Taylor e Honneth leva a um reconhecimento identitário por meio de uma identidade cultural particular de cada grupo, o que poderia acarretar na imposição de uma identidade coletiva, e fazendo como que o sujeito negue as suas características individuais, por fazer parte deste grupo e desse modo acaba-se por ignorar possíveis interações culturais e nega-se também a complexidade da identidade do indivíduo que faça parte de determinado grupo (ANGELIN, 2018, p. 28). Nesse norte, Fraser critica Honneth comentando que, frente “a necessidade de elaborar e exibir uma identidade coletiva autêntica, auto afirmativa e autogerada, ele coloca uma pressão moral nos indivíduos para que se conformem a uma dada cultura grupal” (FRASER, 2000, p. 112).

Desse modo, a filósofa estadunidense propõe o reconhecimento pelo modelo de *status*. Assim, sob esse entendimento, compreende-se que a subordinação social explica o não-reconhecimento e não se baseia na depreciação da identidade, “o que requer reconhecimento não é a identidade especificado grupo, mas o *status* de seus membros individuais como parceiros por completo na interação social” (FRASER, 2000, p. 113), ou seja, é preciso mudar o *status* social das mulheres e, segundo Fraser, isso ocorrerá com a redistribuição de renda para as mulheres. Diante da mudança do *status*, elas alcançariam reconhecimento, podendo participar paritariamente da sociedade (ANGELIN, 2018). O que ocorre nesse processo é a construção de certas categorias sociais, nas quais se têm institucionalizado certos padrões de cultura: “a análise do desrespeito adquire um objeto empiricamente palpável: *padrões institucionalizados de desvalorização cultural*, que constroem certas categorias de atores sociais como normativas e outras como inferiores (MENDONÇA, 2007, p. 174).

Pode-se afirmar, sob esse prisma, que a busca por reconhecimento procura a superação da subordinação, sendo necessário que se alterem valores, e para tanto, o “modelo de *status* não está comprometido *a priori* com nenhum tipo de solução específica para o não reconhecimento” (FRASER, 2000, p. 113). Fraser movimenta-se nessa direção ao propor uma mudança da ética para a moral, e para tanto, calça-se no conceito hegeliano de que a ética trata do bem viver, mas quanto à moral, a autora remonta ao conceito Kantiano, segundo o qual a justiça não se pauta pelo bom e sim pelo correto. Nesse sentido, as normas da justiça seriam “para Fraser, universalmente vinculantes, não sendo tão contingentes como as da ética. Ao mover-se nessa direção, a autora nega a perspectiva defendida por Honneth e Taylor de que o reconhecimento seria uma questão de auto realização (MENDONÇA, 2007, p. 174).

Para tanto, ao deslocar-se nesse sentido, a autora afirma que também ocorrem implicações imediatas, sendo que a primeira delas é que “o modelo de *status* é deontológico e não-sectário” (FRASER, 2003, p. 30). A segunda é que é nas relações sociais que se encontram os problemas de desrespeito e não na questão interna do sujeito. Como terceira,

a autora apresenta como implicação é que a autoestima possa ser buscada por todos, e a quarta implicação refere-se à esquizofrenia filosófica, causada pela possibilidade criada de vincular a lógica da redistribuição e do reconhecimento. Mendonça pondera que “A questão distributiva [...] alicerça as *condições objetivas* para a realização da *paridade de participação*. Os recursos materiais devem assegurar independência e voz aos participantes da interação social” (MENDONÇA, 2007, p. 175).

Na esteira de Fraser, os modelos apresentados por Taylor e Honneth propagariam a noção de autor realização, permitindo que se tenham identidades opressoras valorizadas, enquanto a sua ideia pauta-se sobre a paridade de participação, e então só por meio dessa paridade é que seriam justificáveis as contestações por reconhecimento. Desse modo, “o importante é que as próprias pessoas afetadas participem, em processos dialógicos, da construção de soluções para superar quadros de subordinação (MENDONÇA, 2007, p. 175). Nesse sentido, com a redistribuição de renda, ocorreria a alteração do *status* social, e conseqüentemente, a desinstitucionalização dos “padrões que impedem que a paridade de participação e os substituem por padrões que a promovam” (FRASER, 2007, p. 109). A autora adverte para a questão de que “nem todas as disparidades são injustas, porque nem todas as hierarquias de valor institucionalizadas são injustas. Necessita-se, conseqüentemente, de maneira de distinguir, na participação, as paridades justas das injustas” (FRASER, 2007, p. 127).

No caso das mulheres, nota-se que elas tiveram, no decorrer da história mais recente, suas vidas limitadas ao espaço privado, pois as mesmas não participavam da vida pública, e eram dominadas pelos seus provedores, já que não possuíam independência nem econômica e nem emocional. Com uma série de fatos que foram ocorrendo, como o avanço do capitalismo que aumentou as desigualdades sociais, exigindo que as mulheres saíssem do âmbito privado para sobreviver, das guerras mundiais que chamaram as mulheres para ocupar os cargos nas indústrias, que antes eram ocupados pelos homens e, com o prosperar dos movimentos feministas, as mulheres tiveram sua situação identitária e de reconhecimento alteradas.

A situação das guerras mundiais criou uma ruptura nas identidades e no rumo da vida das mulheres europeias. Isso porque tiveram que buscar seu sustento e de seus filhos, já que seus maridos não estavam mais presentes para sustentá-las economicamente, e desse modo, as mulheres saíram de seus lares, e começaram a trabalhar fora. E novamente passam para a sujeição, agora não mais de seus pais ou de seus maridos, mas sim de seus patrões, realizando trabalhos pesados, com baixíssima remuneração, e ainda se sujeitando ao assédio moral e sexual, além de condições precárias de trabalho. No entanto, mesmo com baixa remuneração, as mulheres conseguiram sua independência financeira, mas agregaram uma carga de trabalho dupla, pois, além de seu trabalho fora, as mesmas permaneciam com os seus afazeres domésticos, como o cuidado e o zelo com a casa, com o marido e os filhos, levando a uma dupla jornada de trabalho para as mulheres

(MORAIS, 2008, p. 295).

Diante desse contexto, Fraser chama atenção que para que venha a ocorrer um cenário de igualdade social, é necessária a intervenção do Estado, com políticas públicas que garantam a redistribuição de renda, reconhecendo-lhes um novo *status* social. Ainda para a autora, as mulheres permanecem à margem da sociedade, pois a má distribuição de recursos, bens e direitos, impedem que participem de modo igualitário na sociedade (FRASER, 2010, p. 167). Para a autora, a relação de subordinação e sujeição das mulheres fez com que as mesmas fossem tratadas de modo desigual, tanto na diferenciação salarial, quanto no acúmulo de tarefas, pois os afazeres domésticos foram naturalizados como sendo obrigações das mulheres, ou seja, o cuidado com a casa, o zelo com a prole, são tidos como obrigações naturais das mulheres, tarefas essas que não são remuneradas e, desse modo, tornam-se invisíveis e insignificantes.

De acordo com Fraser, a luta das mulheres foi prejudicada ao deixar de lado a ideia de que a má distribuição de renda afeta as mulheres na conquista por seu espaço na sociedade, pois os movimentos feministas, ao voltarem-se para a questão de reconhecimento das diferenças de gênero, esqueceram-se de que as mulheres necessitam da redistribuição de renda (FRASER, 2010, p. 168). Destaca-se aqui que, muitos movimentos feministas possuem a bandeira da redistribuição de renda, sendo que os mais contemporâneos são os que pautam mais as questões identitárias e culturais. Importante destacar que, muito embora um determinado grupo requerer direitos que sejam comuns, não significa que os sujeitos que compõe esse grupo possuam uma única identidade (ANGELIN, 2018, p. 28).

Fraser enfatiza que a política de redistribuição, ou seja, que a redistribuição econômica e as questões socioculturais se encontram interligadas, mas que a questão da redistribuição é mais abrangente do que a política de reconhecimento identitário, pregada por Honneth. No entanto, a autora entende que o fim das injustiças de classes não serão todas abarcadas pelas políticas de redistribuição, e por isso busca conciliar o reconhecimento como o resultado da distribuição de renda e de bens, baseando-se na moralidade, colocando, assim, o reconhecimento como uma questão de igualdade de *status* (FRASER, 2010).

Nesse debate é importante considerar que a “Justiça, hoje, requer tanto redistribuição quanto reconhecimento, nenhum deles, sozinho, é suficiente. A partir do momento em que se adota essa tese, entretanto, a questão de como combiná-los torna-se urgente” (FRASER, 2007, p. 103). Pode-se salientar que uma política de reconhecimento se faz necessária para reparar as injustiças sofridas pelas mulheres, e é nesse sentido que os movimentos feministas lutam para que as mulheres possam participar equitativamente da sociedade, de modo que “reparar a injustiça certamente requer uma política de reconhecimento, mas isso não significa uma política de identidade” (FRASER, 2007, p. 107).

Desse modo, a teoria de redistribuição de renda analisa as injustiças socioeconômicas e também da dominação cultural (FRASER, 2010, p. 182-187). Na concepção de Fraser,

com o propósito de dismantelar as ideias androcêntricas, as quais permeiam as relações sociais e acabam por construir e/ou reproduzir injustiças, é pertinente pactuar a redistribuição transformativa com o reconhecimento transformativo, o que enseja muito mais que políticas afirmativas, mas sim, transformativas (ANGELIN, 2018, p. 30).

Fraser pondera que “o não reconhecimento é errado porque constitui uma forma de subordinação institucionalizada – e, portanto, uma séria violação da justiça (FRASER, 2007, p. 111). Então, de acordo com as ideias de Fraser, para que as mulheres atinjam o reconhecimento, é preciso que elas tenham acesso à redistribuição de renda, de modo a lhes garantir um novo *status* social e a possibilidade de participarem ativamente das decisões do Estado (ANGELIN, 2018).

Por sua vez, como ressaltado anteriormente, a teoria de Axel Honneth diverge da teoria de Nancy Fraser. Para Honneth, a busca pelo reconhecimento parte de um conflito existente que fere, de alguma forma, a dignidade da pessoa. Assim, para que haja reconhecimento dentro de uma sociedade, é preciso a reciprocidade, que é o ponto central do reconhecimento entre os indivíduos. Assim, ele sobrepõe a questão do reconhecimento da dignidade humana acima das demandas por distribuição (HONNETH, 2003).

Embora um tanto diferenciadas, as teorias de Honneth e Fraser se complementam.³ Fraser “embasa sua teoria no princípio da justiça e políticas públicas baseadas na redistribuição de renda e bens, as quais gerariam um novo *status* social para as mulheres e conseqüentemente a paridade de participação nas decisões da sociedade”. Por sua vez, Honneth tem como cerne de sua teoria “o sujeito e sua auto definição, que se materializa partir do reconhecimento recíproco” (ANGELIN, 2018, p. 33).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo proposto pelo estudo, que foi revisar as teorias do reconhecimento a partir de Charles Taylos, Axel Honnet e Nancy Fraser, é possível constatar a importância dessas teorias para a reflexão acerca das identidades das mulheres e o seu reconhecimento na sociedade. Fica, portanto, evidente que para que as diversas identidades usufruam de espaços equitativos, é preciso que haja o reconhecimento e, de acordo com Taylor, não um 3 “No debate travado entre os autores acerca do reconhecimento, pode-se destacar que, para Fraser o reconhecimento é uma questão e justiça, sendo que a falta dele se configura como uma violação de justiça, destacando a autora que, o equívoco do não reconhecimento está nas relações sociais e não na psicologia individual e interpessoal. Já Honneth defende que o reconhecimento é uma questão ética, pois o sujeito precisa ser reconhecido por outro sujeito, como uma condição necessária para a formação de uma subjetividade integral e não distorcida. Ele trabalha com o reconhecimento do indivíduo, pois, se o reconhecimento individual for negado, isso significa a privação dos pré-requisitos para seu pleno desenvolvimento. Enquanto Fraser embasa sua teoria no princípio de justiça e políticas públicas baseado na redistribuição de renda e bens que gera a paridade de participação nas decisões da sociedade, abordando aspectos coletivos, Honneth toma como objeto central de sua teoria o sujeito e sua autodefinição, a partir do reconhecimento recíproco, enfocando o mesmo de forma intersubjetiva individualizada. Os diferentes caminhos teóricos assumidos pelos autores remetem a controvérsias e, ao mesmo tempo a convergências que auxiliam o pensar dos movimentos sociais, podendo-se, inclusive, ponderar a junção das duas teorias, a fim de explicar a motivação da ação coletiva e os caminhos dos movimentos, ao que pese o fato de serem teorias que, muitas vezes não apresentarem uma aplicabilidade clara, porém, se destacam como complementares” (ANGELIN, 2014, p. 456-457).

reconhecimento equivocado, mas um reconhecimento que respeite as diferenças e propicie o desenvolvimento das pessoas dentro da sociedade.

Por sua vez, as teorias de Axel Honnet e Nancy Fraser propiciem abordagens diferentes entre si, sobre o reconhecimento. Enquanto Fraser afirma que a redistribuição de renda é fundamental para o reconhecimento das mulheres na sociedade, a fim de promover a justiça social, Honneth enfatiza o reconhecimento identitário, criticando a importância dada a redistribuição de renda. Para contra argumentar e, ao mesmo tempo, concordando parcialmente com Honneth, Fraser pondera que a má distribuição de renda faz com que grupos sociais sejam afetados, como é o caso das mulheres, que “além de vivenciarem um reconhecimento equivocado de suas identidades, sofrem fortes injustiças sociais no que se refere à má distribuição de bens e rendas”, concordando de certa forma com Honneth sobre a importância do reconhecimento identitário das mulheres. Assim, pode-se afirmar que uma teoria não exclui a outra, mas sim, elas se complementam.

Diante da breve exposição das três teorias do reconhecimento eleitas para essa pesquisa, apesar de suas diferenças e contradições, é possível afirmar que o reconhecimento correto é fundamental para que as pessoas possam participar de forma mais justa e igualitária na sociedade. Nesse sentido, muito embora não tenha sido mote dessa pesquisa, há que se considerar que dentro do debate do reconhecimento das identidades das mulheres, os movimentos feministas têm se voltado tanto para a questão do reconhecimento identitário quanto para a redistribuição de renda, trabalhando incessantemente para desmistificar, desnaturalizar papéis femininos, bem como continuam na luta pelo reconhecimento de seus direitos e efetiva aplicação dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela. Direitos humanos das mulheres e movimentos feministas nas sociedades multiculturais: uma leitura a partir da perspectiva teórica do reconhecimento e da redistribuição de gênero em Axel Honneth e Nancy Fraser. *Anais do Congresso Internacional Faculdades EST*. São Leopoldo. Vol. 2, 2014, pp. 444-458.

ANGELIN, Rosângela; HAHN, Noli Bernardo. As brumas da democracia: direitos humanos e movimentos feministas diante de uma racionalidade descentrada e paradoxal. *RJLB*, Ano 4 (2018), nº 5, 2018, p. 1537- 1564.

ANGELIN, Rosângela; HAHN, Noli Bernardo. *Movimentos Feministas e a vida das mulheres: (re) construindo possibilidades emancipatórias*. Curitiba: CRV, 2019.

FRASER, Nancy. “Redistribuição, Reconhecimento e Participação: Por uma Concepção Integrada da Justiça”. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia [Orgs.]. *Igualdade, Diferença e Direitos Humanos*. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010, p. 167-190.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 15 (2): 291-308, maio-agosto, 2007.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Dossiê contribuições do pensamento feminista para as ciências sociais*. Mediações, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, Jul/Dez, 2009.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem **ética**? *Revista Lua Nova*, São Paulo, 70, p. 101-138, 2007.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução: Luiz Repa. Apresentação de Marcos Nobre. 2. ed. 2009, 1ª reimpressão 2011. São Paulo: Ed. 34, 2003

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado Habermasiano. *Revista de Sociologia e Política*. Nº 29: 169-185 Nov. 2007.

MORAIS, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi [Orgs.]. *História da cidadania*. São Paulo: 4. ed. Editora Contexto, 2008, p. 465-515.

NETO, José Aldo Camurça de Araújo. A categoria “reconhecimento” na teoria de Axel Honneth. *Argumentos Revista de Filosofia*, ano 3, Nº 5, 2011.

SOUSA, Vígendo Araújo de. Diferenças e semelhanças entre as políticas de reconhecimento em Honnet e Taylor. *KÍNESES*, Vol. XI, nº 26 (Ed. Especial), 2019, p.149-161.

TAYLOR, Charles. *As Fontes do Self: a construção da identidade moderna*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

TAYLOR, Charles. *Hegel e a Sociedade Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

TAYLOR, Charles. “A política do reconhecimento”. In: TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo: examinando a política do reconhecimento*. Trad. Marta Machado. Coleção: Epistemologia e Sociedade. Lisboa: Piaget, 1994, p. 45- 94.

TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

WOLF, Susan. “Comentário”. In: TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo: examinando a política do reconhecimento*. Título original: *Multiculturalismo*. Trad. Marta Machado. Coleção: Epistemologia e Sociedade. Lisboa: Piaget, 1994, p. 95- 115.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Americanismo 118, 125, 127, 128

Arquitetura 5, 8, 75, 78, 82, 91, 92, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 115, 116, 117

Axel Honnet 7, 48, 49, 57, 58

B

Benedeiras 1, 2, 3, 4, 8

Biodiversidade 7, 21, 22, 23, 25, 31, 32

C

Catolicismo 1, 4, 5, 8, 9

Charles Taylor 7, 48, 49, 50

Comunicação 5, 13, 17, 18, 19, 21, 22, 30, 35, 36, 65, 101, 103, 106, 119, 139, 144, 145, 146, 158, 159, 174, 175, 176, 178, 187, 188

Comunismo 118, 120, 122, 127, 128

Cultura 2, 7, 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 18, 23, 30, 31, 32, 48, 49, 54, 91, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 145, 152, 157, 158, 165, 168, 186, 188

D

Desenvolvimento Local 11, 13, 15, 17, 19, 103

Design para Territórios 21, 23, 24, 28

Disciplinas 7, 34, 35, 37, 40, 41, 42, 43, 45, 46

Discriminação 7, 50, 51, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 74, 154, 157

Discurso 82, 103, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 145, 175, 185

E

Ensino Superior 3, 11, 12, 34, 35, 36, 37, 45, 188

Estados Unidos 118, 119, 120, 121, 125, 126, 127, 128, 130, 138, 157

F

Fernando Chacel 8, 75, 76, 77, 78, 79, 84, 88

G

Gay 8, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158

Gênero 5, 1, 3, 51, 56, 58, 72, 118, 143, 147, 148, 154, 156, 159, 161, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 173

Gestão Educacional 11, 188

Gestão Estratégica 11, 13, 14, 18, 19

H

História 1, 2, 5, 7, 9, 10, 37, 55, 59, 84, 85, 93, 103, 104, 105, 113, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 128, 130, 131, 132, 133, 141, 142, 159, 173, 174, 175, 188

Historiografia 9, 77, 105, 106, 108, 117, 162, 168, 170

I

Identidade 7, 3, 13, 14, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 31, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 59, 97, 98, 101, 106, 127, 131, 132, 133, 134, 137, 143, 147, 149, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 162, 173

Identidade local 7, 21, 23, 98

Idioma Global 34, 35, 36

Imagem organizacional 11, 12, 13, 18, 19

Inglês 7, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 45, 46

Internacionalização 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 45, 93, 95, 97, 98, 103, 136

Internacionalização em casa 34

L

Le Carré Bleu 8, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117

Literatura 5, 8, 2, 10, 23, 24, 35, 118, 119, 121, 123, 124, 125, 128, 130, 165

M

Masculinidades 143

Meio Ambiente 1, 2, 3, 83, 96, 98, 110

Moçambique 7, 60, 61, 62, 72, 73

Moda 143, 145, 146, 147, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160

Modinha 8, 161, 162, 165, 168, 169, 170, 172, 173

Modos de Vestir 8, 143, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158

Mulheres 7, 3, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 100, 120, 147, 148, 152, 158, 160, 170

N

Nancy Fraser 7, 48, 49, 53, 57, 58

P

Paisagismo moderno 75

Patrimônio 75, 91, 94, 99, 103, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Plantas alimentícias não convencionais 7, 21, 32

Pós-Verdade 9, 174, 175, 176, 177, 183, 184, 185, 186, 187

Processos identitários 8, 161, 162, 163, 173

R

Reconhecimento 7, 23, 24, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 78, 94, 96, 99, 100, 102, 119, 127, 132, 154

Representações Sociais 2, 8, 69, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 168

Restituição 131, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142

S

Saraus 8, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 172, 173

Serestas 8, 161, 162, 163, 164, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Sociedade Goiana 161, 162, 163, 165, 168, 172, 173

T

Teorias 19, 48, 51, 57, 58, 143, 145, 156, 160

V

Verdade 9, 16, 122, 125, 149, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187

VIH/SIDA 60, 63, 67, 69, 71, 73

Vilas Operadoras 75, 76, 77, 79, 91, 92

Vulnerabilidade 50, 60, 62, 69, 70, 72

W

Wittgenstein 9, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021